

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

GILCIVAN DOS SANTOS PEREIRA

**A RELAÇÃO DAS REPUBLICAÇÕES DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS COM
AS CARACTERÍSTICAS DE AUDITORIA DAS EMPRESAS BRASILEIRAS
FINANCIADAS PELO BNDES**

**Sousa - PB
2018**

GILCIVAN DOS SANTOS PEREIRA

**A RELAÇÃO DAS REPUBLICAÇÕES DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS COM
AS CARACTERÍSTICAS DE AUDITORIA DAS EMPRESAS BRASILEIRAS
FINANCIADAS PELO BNDES**

Trabalho de conclusão de curso submetido ao Curso de Ciências contábeis da Universidade Federal de Campina Grande como parte dos requisitos necessários para conclusão do curso. Desenvolvido sob a orientação do Professor Mestre Raul Ventura Júnior.

**Sousa-PB
2018**

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão de Curso, Intitulado: **“A RELAÇÃO DAS REPUBLICAÇÕES DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS COM AS CARACTERÍSTICAS DE AUDITORIA DAS EMPRESAS BRASILEIRAS FINANCIADAS PELO BNDES”**, estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam a Instituição, o Orientador, e os demais Membros da Banca Examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

GILCIVAN DOS SANTOS PEREIRA

GILCIVAN DOS SANTOS PEREIRA

**A RELAÇÃO DAS REPUBLICAÇÕES DOS RELATÓRIOS FINANCEIROS COM AS
CARACTERÍSTICAS DE AUDITORIA DAS EMPRESAS BRASILEIRAS
FINANCIADAS PELO BNDES**

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada na forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – PB, Campus Sousa.

Monografia aprovada em _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. – Orientador

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Prof.

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

Prof.

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

SOUSA – PB_____/03/2018.

DEDICATÓRIA

Dedico esta trajetória a minha família, que ilumina meus dias e me traz alegria, e é minha mais bela razão de e para existir, são essenciais na minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu tudo, fonte de todo o amor e sabedoria, por ter me dado saúde, força e coragem para superar as dificuldades e chegar a esta fase da minha vida, ele sempre esteve no controle de tudo.

Aos meus pais, meus amados pais, minha base, por tudo, por todo amor, conselhos, por sempre me mostrarem o caminho certo a seguir, pelo incentivo e apoio incondicional para que esse sonho se realizasse, sem vocês eu nunca teria conseguido, são essenciais para mim e juntos iremos celebrar esta conquista.

Ao meu orientador, Mestre Raul Ventura, por todo suporte e dedicação no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos, por todo conhecimento passado transmitido, além de um grande professor, é uma grande pessoa. Muito obrigado professor.

Ao meu irmão e minha irmã, que sempre demonstram tanto amor por mim, e pela união em todos os momentos, são essência, amo vocês.

Ao meu sobrinho João Guilherme e minha afilhada, que tenho como filha, Maria Eduarda, que com carinho em cada sorriso me proporcionam alegria, fazendo com que eu esqueça das minhas ansiedades e angústias. Amo demais vocês.

A esta universidade, todos os professores e servidores, que contribuíram para meu crescimento acadêmico e como cidadão, são grandes profissionais.

Aos meus avós, tios e tias, por sempre acreditarem em mim, pelos conselhos e demonstração de carinho, vocês são muito importantes para mim.

Agradeço a Wigma Raiany, pela confiança, incentivo e demonstração de carinho, ao longo deste percurso, meu muito obrigado.

Aos meus colegas de turma, pelas amizades construídas ao longo desta trajetória acadêmica, por todos os sorrisos e brincadeiras, são pessoas maravilhosas e tenho certeza que serão grandes profissionais.

A todos que, de forma direta e indireta contribuíram para a minha formação, agradeço pela confiança e compreensão, o meu muito obrigado.

Vocês são essenciais! Muito obrigado por tudo!

SIGLAS

B3 – Combinação da BM&FBOVESPA e Cetip

BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Frequência da variável dependente. 2014-2016.....	43
Tabela 2 Estatística Descritiva Básica. 2014-2016.....	43
Tabela 3 Matriz de Correlação de Spearman das Variáveis da Pesquisa. 2014-2016.....	44
Tabela 4 Representação da matriz de regressão logística da relação do número de republicações dos relatórios financeiros com o número de comitês de auditoria e remuneração dos auditores independentes.....	45

RESUMO

Diante da crescente expansão de algumas empresas financiadas por bancos e dos problemas corporativos que abalam o cenário dos negócios, os relatórios financeiros passaram a ter cada vez mais relevante importância para os usuários da informação contábil, assim como a auditoria independente, que foi objeto de redefinição de funções e peça fundamental para a republicação de informações fidedignas das demonstrações contábeis por parte das empresas. O objetivo desta pesquisa é analisar a relação das republicações dos relatórios financeiros com as características de auditoria das empresas brasileiras financiadas pelo BNDES, percebendo a influência que a auditoria independente pode influenciar sobre as republicações de informações contábeis. A pesquisa enquadra-se como um estudo exploratório, descritivo e quali-quantitativo. O universo da pesquisa, inicialmente, tinha 125 empresas, porém algumas já não republicavam informações a algum tempo, e atendendo a delimitação temporal do estudo, de 2014 à 2016, que foi um período de instabilidade política e financeira no Brasil, no qual as empresas poderiam apresentar erros em suas demonstrações contábeis, o estudo foi reduzido para uma amostra de 26 empresas, as quais se enquadravam no período de estudo e ainda mantinham operações de financiamento com o BNDES. Os dados da pesquisa foram coletados no banco de dados do Comdinheiro.com, em seguida tabulados em planilha eletrônica e por final foi feito o cálculo dos dados através de um modelo estatístico, que consistiu em uma regressão e com análise dos dados em painéis. As variáveis da pesquisa foram definidas de acordo com as relações estabelecidas entre as principais características de auditoria e de acordo com estudos anteriores. Os resultados da pesquisa, apontaram que as variáveis independentes do estudo exercem influências e correlações positivas diante do número de republicações dos relatórios financeiros, com significância estatística, em que a qualidade destes dependem diretamente do modo de como é feita a revisão por um comitê de auditoria e de como são remunerados os auditores responsáveis pela revisão das informações republicadas. Conclui-se que houve relação entre as variáveis, assim quanto maior for o comitê de auditoria e maior a remuneração dos auditores, maiores serão as chances de republicação e melhor será a qualidade das informações contábeis disponibilizadas aos usuários destas.

Palavras-chave: auditoria, contabilidade, relatórios financeiros, BNDES.

ABSTRACT

Faced with the growing expansion of some bank-financed companies and business problems that shake the business landscape, financial reporting has become increasingly relevant to accounting information users, as has independent auditing, which has been redefined functions and a fundamental part for the republishing of reliable information of the financial statements by the companies. The objective of this research is to analyze the relationship of the financial reporting republics with the auditing characteristics of the Brazilian companies financed by the BNDES, noting the influence that the independent audit can influence on the republishing of accounting information. The research fits as an exploratory, descriptive and qualitative-quantitative study. The research universe initially had 125 companies, but some did not republish information for some time, and given the temporal delimitation of the study, from 2014 to 2016, which was a period of political and financial instability in Brazil, in which companies could present errors in their financial statements, the study was reduced to a sample of 26 companies, which were within the study period and still had financing operations with BNDES. The data of the research were collected in the database of Comdinheiro.com, then tabulated in spreadsheet and finally the calculation of the data was done through a statistical model, which consisted of a regression and analysis of the data in panels. The research variables were defined according to the relationships established between the main audit characteristics and according to previous studies. The results of the research, pointed out that the independent variables of the study exert positive influences and correlations with the number of republishments of the financial reports, with statistical significance, in which the quality of these depend directly on the way in which an audit committee reviews it and how the auditors responsible for reviewing the republished information are remunerated. It was concluded that there was a relationship between the variables, so the greater the audit committee and the higher the remuneration of the auditors, the greater the chances of republishing and the better the quality of the accounting information made available to the users of these.

Keywords: auditing, accounting, financial reporting, BNDES.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. OBJETIVOS.....	15
2.1 <i>Objetivo geral.....</i>	15
2.2 <i>Objetivos específicos</i>	15
3. JUSTIFICATIVA DO TRABALHO	16
4. REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
4.1 Teoria da Divulgação	18
4.1.1 <i>Republicação de demonstrações contábeis</i>	19
4.1.2 <i>Importância de analisar as Demonstrações Financeiras</i>	21
4.1.3 <i>Causas e conseqüências das republicações das demonstrações contábeis</i>	22
4.2 Qualidade da Auditoria.....	23
4.2.1 <i>Auditoria Independente.....</i>	26
4.2.2 <i>Comitê de auditoria.....</i>	27
4.2.3 <i>Definição de Auditoria.....</i>	27
4.2.4 <i>Processo de Auditoria Financeira</i>	28
4.3 Características gerais sobre o BNDES	31
4.3.1 <i>Boa Governança Corporativa no Brasil.....</i>	32
4.3.2 <i>Importância das informações financeiras das empresas</i>	32
4.3.3 <i>Relatórios financeiros: tendência mundial</i>	34
4.3.4 <i>Relação entre Relatórios Financeiros e Auditoria Externa.....</i>	35
4.4 Trabalhos anteriores	36
5. METODOLOGIA	37
6. ANÁLISE DOS RESULTADOS	40
6.1 ANÁLISE DESCRITIVA	40
6.2 ANÁLISE DAS RELAÇÕES	42

7. CONCLUSÃO	44
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, com a crescente expansão das empresas, os relatórios financeiros passaram a ter cada vez mais relevante importância para os usuários da contabilidade, sejam estes proprietários de empresas, clientes, ou pessoas que tivessem vontade em investir nessas organizações. Juntamente com esta expansão veio à necessidade de constatar a veracidade das informações que são apresentadas pelas empresas.

No mercado extremamente competitivo, a auditoria é peça fundamental para um melhor funcionamento das empresas, pois pode ser utilizada como uma ferramenta de controle, propiciando expor informações fidedignas pelos demonstrativos contábeis e auxiliando a administração da organização a garantir que o processo de condução dos negócios esteja no rumo certo e de acordo com as políticas desenvolvidas.

De acordo com Crepaldi (2009), as demonstrações contábeis possuem uma grande importância para os futuros investidores de recursos, uma vez que com a expansão do mercado, as entidades precisam buscar recursos de terceiros, e por isso, as demonstrações financeiras precisavam ser analisadas por um profissional que não tivesse vínculo com a entidade. Assim, como medida de segurança contra a possibilidade de manipulação de informações, os futuros investidores passaram a exigir que essas demonstrações fossem examinadas por um profissional independente da empresa e de reconhecida capacidade técnica. Logo, surge a figura do auditor externo ou independente.

Neste cenário, as empresas e entidades precisam cada vez mais de mecanismos de controles mais apurados para a fidedignidade das publicações de seus relatórios financeiros, de modo que se mantenha a integridade dos registros e de suas demonstrações contábeis. No que tange a isto, as características de atuação da auditoria percorrem uma revisão de informações que tendem a proporcionar, na maioria das vezes, credibilidade aos relatórios financeiros e relatórios gerais da administração.

No Brasil, ao observar o crescimento notório de algumas grandes empresas nacionais, listadas na B3, por exemplo, a JBS, TOTVS e Tupy, que geralmente, à

priori, é marcado por uma estabilidade fiscal e monetária, percebe-se um fator em comum, que são os recursos obtidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

O referido banco disponibiliza várias formas de financiamentos para empresas de diferentes perfis, financiamentos que movimentam um grande fluxo monetário. Diante disso, estudos podem ser interessantes e relevantes ao modo de saber se as empresas que são financiadas pelo BNDES dispõem de mecanismos de controle, que assegurem a credibilidade às suas carteiras de clientes, aos futuros investidores ou aos usuários externos de informações financeiras obrigatórias. E, se nesse caso, sim, identificar quais as características da auditoria que conduz a isto. E mais importante, saber qual a relação das publicações de demonstrações contábeis com as características de auditoria dessas empresas.

As empresas bem-sucedidas do mundo buscam a auditoria para tentar divulgar informações fidedignas e, residem em ter padrões de alta qualidade para seus produtos ou serviços, bem como para seus funcionários, e para isso procuram ter um controle de qualidade. Portanto, o controle total da qualidade é uma filosofia que deve ser aplicada a todos os níveis hierárquicos em uma organização, o que implica um processo de melhoria contínua. Consideração de que esse processo deve ser: econômico, isto é, deve exigir a realização deste processo de melhoria contínua, deve ser levado com menos esforço do que o benefício que traz; e cumulativo, que a melhoria que é feita permite abrir as possibilidades de melhorias sucessivas, garantindo ao mesmo tempo o pleno aproveitamento do novo nível de desempenho alcançado.

Nesse sentido, destaca-se que a auditoria de qualidade é um instrumento importante para o funcionamento dos mercados financeiros e de capitais. De acordo com Manita (2009), o processo de auditoria é complexo, não uniforme, não observável por terceiros e o relatório não é padronizado. Todos esses aspectos dificultam a identificação do que seria uma auditoria de qualidade. Geralmente, a qualidade da auditoria não é divulgada no momento em que a mesma é realizada, e quando a *posteriori*, não é divulgada publicamente em casos quando os clientes não passam por dificuldades financeiras, pois assim acredita-se que não haverá motivos para questionamentos do trabalho dos auditores (MANITA, 2009).

Para Barbadillo et al (2004), a qualidade da auditoria depende da capacidade do auditor na análise das demonstrações financeiras e na detecção de possíveis erros e da sua disponibilidade para transmitir uma opinião objetiva sobre essas mesmas demonstrações financeiras (independência). Dang (2004) classifica as *proxies* para a qualidade da auditoria em dois grupos: as que procuram refletir a qualidade "real" da auditoria; e as que sintetizam a qualidade da auditoria "percebida" pelos agentes de mercado. Geralmente, a "qualidade real" não pode ser entendida de forma absoluta e este termo é utilizado pelo fato de ser mensurada a partir de informações *ex post*, indicativas de problemas em relação às demonstrações financeiras, por exemplo, as republicações voluntárias.

No que tange as características de auditoria, destaca-se a remuneração dos auditores e o número de membros do comitê de auditoria das firmas. De acordo com Moutinho et al (2012), existem vários estudos quanto a precificação dos honorários de auditoria. Por exemplo, Hallak e Silva (2012) e Kaveski e Cunha (2016) demonstram que quanto maior for a empresa e maior a insolvência, maior será o comitê de auditoria e maior será o dispêndio por parte dos auditores, algo diretamente proporcional. Neste sentido, algumas firmas financiadas pelo BNDES apresentam problemas de insolvência, e que se faz necessário um maior gasto com auditoria de suas demonstrações.

As empresas listadas na B3 que são financiadas pelo BNDES, enfrentam desafios para manter seus investidores, buscar novos clientes, bem como também subsídios para manter o objetivo da entidade. Para isso, em parte, é necessário que as entidades publiquem relatórios que auxiliem na tomada de decisão, e que relatem o desempenho das atividades. Tais publicações estão agregadas às características de auditoria de cada empresa (GOMES, 2012; ALVES et al, 2017).

A partir destas informações e utilizando comparações das empresas listadas na B3 que possuem operações de financiamento com o BNDES, tem-se como problema deste trabalho: **qual a relação das republicações dos relatórios financeiros com as características de auditoria das empresas brasileiras financiadas pelo BNDES?**

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Analisar a relação das republicações dos relatórios financeiros com as características de auditoria das empresas brasileiras financiadas pelo BNDES no período de 2014 a 2016.

2.2 Objetivos específicos

- a) Verificar as republicações dos demonstrativos financeiros das empresas da amostra;
- b) Identificar estruturas relacionadas à qualidade da auditoria das empresas da amostra;
- c) Observar quais características das auditorias independentes e dos comitês de auditoria influenciam na republicação dos demonstrativos financeiros;

3. JUSTIFICATIVA DO TRABALHO

Esse trabalho é justificado em função de as empresas pertencentes aos níveis diferenciados de governança corporativa da B3 e que obtiveram operações com o BNDES adotarem características em comuns de controle, que, por vezes, vão além das obrigações legais das companhias e que, têm por dever publicar as demonstrações financeiras com informações fidedignas, em um curto período.

Dentre as características de controle, podem ser citadas: 1) Ter o seu capital aberto, com ações negociadas na bolsa, e, com primazia, para as empresas classificadas nos níveis diferenciados de Governança Corporativa (nível 1, nível 2 e novo mercado). 2) Possuir participação acionária da BNDESPAR, desde que por meio de acordo de acionistas. 3) Apresentar demonstrações financeiras auditadas por empresa de auditoria independente, registrada na Comissão de Valores Mobiliários, estando enquadrada em nível de classificação de risco superior ao mínimo, segundo critério do BNDES. Neste âmbito, as empresas com registro Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a entidade que é responsável pela auditoria das empresas com operações no BNDES, apresentam características comuns de demonstrações financeiras auditadas. (BNDES, 2017)

No sentido do prazo de divulgação das demonstrações financeiras, Al-Ajmi (2008) diz que um dos objetivos das demonstrações financeiras é propiciar informações para os usuários e colaboradores, auxiliando-os na tomada de decisão, logo tendo que ser disponibilizadas em um curto período após o encerramento do exercício, para não perderem seu valor. Nesse direcionamento, o prazo e a importância de divulgação de relatórios financeiros são reconhecidos pelos profissionais da área contábil, e colaboradores, como uma característica fundamental para a contabilidade.

De acordo com Hendriksen e Van Breda (1999) e Ludícibus (2000), o real objetivo das republicações dos relatórios financeiros é fornecer informações úteis à tomada de decisão. Neste contexto que o presente estudo está inserido, com o intuito de abordar a importância da relação das republicações dos relatórios financeiros com a características de auditorias das empresas brasileiras que são financiadas pelo BNDES. Neste sentido a republicação é uma proxie, que pode ser

vista de duas maneiras, a primeira é que se houver a necessidade de republicação significa que as informações divulgadas pela empresa não eram fidedignas, portanto inconsistente, podendo apresentar falhas, e isso não é bom, a segunda maneira é que se a empresa republicar estará tentando minimizar o erro, de forma que divulgue as informações com mais transparência e com informações fidedignas de fato, para assim auxiliar a tomada de decisão.

A temática da republicação dos relatórios financeiros já foi abordada em estudos anteriores (DA SILVA et al, 2015; PINHEIRO, 2014; PIRES et al, 2015; SOARES et al, 2017), em que alguns destacavam os efeitos das republicações nas demonstrações contábeis por exigência da CVM nas companhias abertas, que sinalizavam uma baixa qualidade de informações identificadas pela auditoria. Por exemplo, outros, mostram a dinâmica das republicações das demonstrações em determinado período.

Este estudo se justifica pelo ensejo de poder aplicar partes do conhecimento adquirido em aulas. Além disso, a importância do tema abordado justifica-se pela importância das demonstrações financeiras serem a forma de expressar a comunicação das informações contábeis entre as empresas e os usuários, os quais tomarão decisões importantes com base nas informações financeiras apresentadas.

A relevância desta pesquisa se configura pela importância do tema, relacionando a credibilidade das informações corporativas e divulgadas com a qualidade da auditoria. Adicionalmente, se justifica a oportunidade de aprimorar aprofundar o conhecimento sobre as variáveis envolvidas na pesquisa, as republicações dos relatórios financeiros, a qualidade da auditoria e o comitê de auditoria de empresas listadas na B3 financiadas pelo BNDES no período de 2014 a 2016, sendo este um período de instabilidade política e econômica no Brasil.

Entretanto, o diferencial desta pesquisa é mostrar a relação que estes relatórios têm com as características de auditoria, a influência que estas características exercem sobre o reparo das publicações, e isto em empresas que são financiadas por um grande banco financiador, o BNDES, que proporciona que diversas empresas cresçam e sintam-se com a necessidade de refazer e republicar informações que passem confiança aos seus colaboradores. Neste sentido, o estudo torna-se relevante, também, para levar ao público e ao

mercado informações de como acontece essa relação e se há influência significativa das características de auditoria nas informações republicadas por essas empresas.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 TEORIA DA DIVULGAÇÃO

A Teoria da Divulgação ou Disclosure das demonstrações financeiras tem um contexto histórico e normativo, procurando instrumentos que viabilizem explicações e previsões para a prática contábil, e é o que dará sustentação ao presente trabalho.

Neste sentido, Salotti & Yamamoto (2005), mostram que a teoria da divulgação é um assunto que vem sendo abordado desde a década de 80, pela chamada pesquisa positiva internacional em Contabilidade, e diversos são os materiais escritos sobre esse tema, principalmente *papers*, publicados nos principais *journals* internacionais. Logo, o principal objetivo dessa linha de pesquisa era explicar o fenômeno das divulgações financeiras, a partir de perspectivas amplas, por exemplo, determinar qual é o efeito da divulgação das demonstrações contábeis no preço das ações, explicar quais seriam as razões econômicas para que uma determinada informação fosse divulgada voluntariamente.

A organização de como são divulgadas as informações possui um quadro total de *disclosure*, no qual não está contida apenas a parte da informação que é regulada por lei, mas, também, a publicação de toda e qualquer informação que seja útil para a tomada de decisão dos *stakeholders* (LIMA, 2007).

É importante saber que a teoria da divulgação não é só feita de informações, (qualitativas ou quantitativas), positivas, mas que independente disso sejam fidedignas. Para a garantia e suporte da “transparência”, é necessário que as empresas publiquem tanto as informações positivas como também as negativas, o fato é que o mercado aceita resultados negativos de empresas, porém estes devem ter fundamento técnico, isto é, a transparência permite que usuários da informação realizem julgamentos adequados e tomar decisões não enviesadas (GOULART, 2003).

O estudo da divulgação dos relatórios financeiros é cercado de críticas, que de certa maneira, terminam por dar suporte a importância da prática no meio contábil. De acordo com Verrechia (2001), não existe um teoria que englobe ou

unifique e seja sólida com relação às informações publicadas pelas empresas, o que na verdade existe é um agrupamento de direcionadores que ajudam a integrar os estudos. Por outro lado, Dye (2001), diz que, a teoria da divulgação já se encontra em uma etapa avançada, podendo, inclusive, ser considerada como desenvolvida.

Neste cenário, para interpretar a divulgação, ou não, de determinada informação, faz-se necessário conhecer os incentivos e visão que os administradores possuem para se comportar de determinada maneira (MURCIA; SANTOS, 2009).

4.1.1 Republicação de demonstrações contábeis

De acordo com Crepaldi (2009) a importância da auditoria demonstra que uma organização representa um conglomerado de transações complexas que integram aspectos operacionais, sociais e societários de várias grandezas, e para saber sobre os controles, as técnicas contábeis, procedimentos tributários e a obediência às normas regulamentadoras, a auditoria torna-se um elemento essencial no sistema de informações, medição de desempenho e prestação de contas da administração.

Desde o século XX a qualidade de uma auditoria é um tema relevante na contabilidade, De Angelo (1981) já definia a qualidade da auditoria como sendo a probabilidade de determinado auditor descobrir uma falha no sistema de contabilidade do cliente e denunciar tal falha.

A qualidade da auditoria é considerada como essencial para o funcionamento dos mercados financeiros e de capitais, uma vez que se tem a premissa de fidedignidade das informações. Segundo Newman, Patterson e Smith (2005) dizem que ao emitir opinião sobre a fidedignidade das informações contábeis, contribui-se para um ambiente de negócios cada vez mais caracterizado pela confiabilidade e credibilidade.

Neste sentido, Almeida (2010) explica que a qualidade da informação contábil pode ser abordada sob perspectivas de suas propriedades, como a relevância, o conservadorismo, tempestividade e gerenciamento de resultados, e que a qualidade

da auditoria mostre, de fato, que a informação possa ser utilizada pelo mercado, e assim represente fidedignamente as características de determinadas empresas, auxiliando na tomada de decisão. Neste contexto, o Pronunciamento conceitual básico (CPC 00 – R1) dá ênfase a relevância como sendo uma característica qualitativa fundamental e a tempestividade como qualitativa de melhoria, ambas possivelmente influenciadas pela qualidade da auditoria à ser feita em determinadas demonstrações.

No contexto da publicação dos demonstrativos contábeis como *proxies* de qualidade, Dantas e Medeiros (2015) dizem que, se não há consenso na literatura quanto à medida utilizada como *proxy* de qualidade de auditoria, o que muitas vezes acontece, é notável se afirmar que essa deve ser associada à qualidade das demonstrações. Isso porque eventuais erros ou distorções presentes nas informações produzidas pela administração seriam previamente corrigidas pela ação do auditor na republicação dos demonstrativos. Logo, é de se supor que uma medida que mensure a qualidade da informação contábil também reflita a qualidade de auditoria.

Segundo Chen, Goo e Shen (2014), a publicação das demonstrações financeiras é a principal base de auxílio para a tomada de decisão dos investidores, credores e outros *stakeholders* das informações contábeis, servindo, conforme Healy e Palepu (2001), como insumos para se avaliar ou mensurar o valor das empresas.

Neste cenário das divulgações de informações, tem sido observada a ocorrência de diversos problemas e fraudes contábeis as quais têm colocado em risco a confiança da contabilidade. Diante disso, dada a importância das informações contábeis, Feng, Li e McVay (2009) dizem que as republicações ou reparo dos demonstrativos contábeis visam minimizar o risco de erros e fraudes no desempenho das atividades e gestão de recursos, o que é consequência de uma auditoria de qualidade bem-feita.

Conforme Nascimento e Pereira (2003) demonstraram, os responsáveis pela divulgação das demonstrações, às vezes, optam por adulterar a informação contábil visando maximizar o interesse da entidade ou/ e seus próprios interesses, gerando informações tendenciosas, que podem levar os usuários externos da informação a julgamentos enviesados.

A republicação consiste em uma ação obrigatória ou espontânea por parte das empresas, em decorrência de falha material nas demonstrações contábeis e visam garantir aos diversos usuários da informação, a sua veracidade (DANTAS *et al.* 2011).

Neste contexto, quando os controles internos são fracos, existe uma propensão maior de as empresas republicarem as demonstrações contábeis, uma vez que o potencial de gerenciamento de resultados, inclusive, é maior (DOYLE, GE; MCVAY, 2007).

De acordo com Di Pietra, McLeay e Ronen (2014), a qualidade da auditoria como sistema de controle interno minimiza a ocorrência de erros e a possibilidade de fraudes, tendo em vista que os procedimentos para utilização de recursos da companhia são estabelecidos com foco na mitigação desses lapsos e apresentados nas republicações dos demonstrativos.

A utilização dessa *proxy* de qualidade de auditoria pode ser sustentada na alegação de que o auditor é responsável por assegurar a divulgação financeira plena, justa e neutra, evitando assim uma manipulação oportunista por parte da administração (DANTAS; MEDEIROS, 2015).

4.1.2 Importância de analisar as Demonstrações Financeiras

Os executivos de qualquer empresa devem avaliar periodicamente os resultados de sua gestão, ponto de partida para tomar numerosas decisões no processo de gerenciamento dos eventos da entidade, de modo que sejam consistentes com as tendências de comportamento no futuro e possam prever seu desempenho e situação econômica e financeira (capacidade de obter lucros e capacidade de pagamento).

A contabilidade é uma ciência porque se baseia em um conjunto de princípios, métodos e procedimentos. É um processo que identifica, registra, classifica e resume todas as operações realizadas pela empresa, que permite medir e reportar resultados econômico-financeiros com vistas a tomar decisões.

A informação contábil é, portanto, um poderoso instrumento da administração. O uso inteligente desta informação provavelmente só pode ser alcançado se os

tomadores de decisão no negócio entenderem os aspectos essenciais do processo contábil, que termina com um produto final, as demonstrações financeiras e a análise desses estados, o que permite conhecer a realidade que está subjacente a essa informação. A elaboração das demonstrações financeiras básicas, declarações de situação (balanço patrimonial) e resultados, não são um fim em si mesmas; pelo contrário, marca o início do estágio analítico.

Para analisar as demonstrações financeiras, é necessário conhecer e aplicar um conjunto de técnicas. Essas técnicas devem ser dominadas não só por contabilistas e financiadores, mas também por outros gerentes, principalmente gerentes gerais e diretores, que não precisam saber como construir a contabilidade ou que se conheçam melhor, mas sim como analisá-las.

É essencial estabelecer a origem do fato contábil, caso contrário, um efeito indesejado não poderia ser revertido. Sabe-se que atacar os efeitos só pode parar o progresso de um problema. Apenas a atacar a causa original é erradicada. Desta forma e a partir das demonstrações financeiras, aplicando técnicas e através de uma sequência lógica de pensamento, através da relação causa-efeito, é possível detectar a causa das causas e construir a descrição da realidade atual de uma organização empresarial.

4.1.3 Causas e consequências das republicações das demonstrações contábeis

A republicação das demonstrações financeiras ocorre quando uma determinada empresa republica as demonstrações, voluntariamente ou por imposição dos auditores e reguladores, devido a um erro que compromete a compreensibilidade das mesmas (ALBRING et al, 2013).

As republicações geralmente são erros humanos, complexidade dos processos, volume de operações e gerenciamento de resultados. As republicações ocasionam grandes custos de agencia à ascensão da percepção de risco dos usuários externos. Para aliviar o risco de republicações, Linn e Dihel (2005) sugerem que deve haver uma sincronia do setor de contabilidade e o negócio da companhia; os sistemas de controle precisam ser plausíveis; é preciso haver políticas contábeis

e de controle internos que sejam bem definidas e implementada; por fim deve haver a criação de uma cultura aberta e de readaptação.

As republicações das demonstrações contábeis são solicitadas pela empresa, ou pelos auditores, ou pelos órgãos reguladores. Quando o auditor ou o regulador detecta alguma irregularidade no material, pode-se solicitar que a companhia republique as demonstrações, sendo assim, sem prejuízo à responsabilização por danos cíveis ou criminais cabíveis. No entanto, caso a auditoria ou reguladores identifiquem algum erro que possa alterar a interpretação dos dados já publicados, assim poderá proceder à alteração.

A consequência dessas republicações está no custo do capital, pois as republicações aumentam o *spread* cobrado nas linhas de crédito das empresas. Por outro lado, as republicações são importantes para a qualidade da informação contábil, mas na maioria das vezes os agentes econômicos só republicam para cumprir requisições legais ou para sinalizar ao mercado a informação contábil, pois a qualidade da informação contábil melhora bastante quando há republicação (WIEDMAN e HENDRICKS, 2013).

4.2 QUALIDADE DA AUDITORIA

De acordo com Sá (2002), a auditoria é um exame de demonstrações contábeis e registros da administração, que o auditor vai observar a exatidão, integridade e autenticidade de tais demonstrações, registros e documentos. Marcondes (2003) complementa que o objetivo da auditoria reside em emitir pareceres adequados sobre as demonstrações financeiras, que vá de acordo com os princípios mais usualmente aceitos.

As características de auditoria, de maneira geral, concentra-se em compreender o exame de documentos, livros registros, visando obter informações e confirmações internas e externas, que possam mensurar a exatidão dos registros contábeis. Logo, as organizações, para apresentar uma opinião que seja externa à da empresa, no que tange as informações contábeis, contratam auditorias independentes, de tal forma que garanta a fidedignidade dos relatórios financeiros apresentados. Isto ajuda a coibir conflito de interesses, que de acordo com Silva e Bezerra (2010) a importância

da independência das atividades de auditoria diante das outras atividades é evidenciada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de modo a amenizar ou mesmo coibir esses tipos de conflitos.

Diante disso, pode-se afirmar que o parecer de uma auditoria independente vai proporcionar maior qualidade, fidedignidade e credibilidade da informação contábil aos usuários. Nesse sentido, Hoog e Carlim (2007), explicitam que todas as empresas que possuem auditoria acabam sendo benquistas em suas relações como o mercado com mais garantia de segurança.

A auditoria contábil tem como principal função assegurar a veracidade dos relatórios divulgados aos usuários das informações contábeis, tendo em vista que a sociedade atribui a auditoria uma forma de se assegurar quanto a fidedignidade das informações contábeis reportadas pelas empresas (NEEDLES JR; RAMAMOORTI; SHELTON, 2002).

Como as empresas da amostra deste estudo são empresas listadas na B3, logo companhias abertas, o artigo 26 da lei nº 6.385/1976, tratando de auditoria das demonstrações contábeis dessas empresas, diz que:

“Somente as empresas de auditoria contábil ou auditores contábeis independentes, registrados na Comissão de Valores Mobiliários poderão auditar, para os efeitos desta Lei, as demonstrações financeiras de companhias abertas e das instituições, sociedades ou empresas que integram o sistema de distribuição e intermediação de valores mobiliários.”

A auditoria independente é feita por um profissional externo a organização, sem ligação com o quadro da empresa e sua intervenção é ajustada em contrato de serviços (CREPALDI, 2000).

Santos *et al.* (2009) trazem que a auditoria independente como *proxy* de qualidade de auditoria tem o objetivo final de fornecer à administração, ao fisco, aos donos e investidores do patrimônio a certeza de que as demonstrações contábeis representam a situação do patrimônio em determinada data e suas variações em certo período.

O comitê de auditoria é um órgão de caráter consultivo de um conselho de administração, e é composto preferencialmente por seus membros. Este órgão garante ao conselho o controle sobre a qualidade dos demonstrativos contábeis e

controles internos, e que de tal maneira é considerado um elemento de controle fundamental na qualidade da auditoria e interage com a governança corporativa (IBGC, 2009, p.13).

A presença do comitê de auditoria na organização auditada, parte da conjectura de que setor da companhia é responsável por apontar e supervisionar o auditor independente, sendo independente da administração da companhia, fazendo com que a própria administração não seja tão fadada a ter comportamentos contenciosos em seu relacionamento com os auditores independentes (ARRUDA, 2016).

O estabelecimento do comitê de auditoria visa promover maior transparência às informações e garantir uma prestação de contas legítima aos *stakeholders* interessados (OLIVEIRA; COSTA, 2005).

Todavia, no ano de 2010, em algumas companhias abertas, no Brasil, foi possível observar que a presença do comitê de auditoria por si só não garantiu pareceres confiáveis, e essa ineficiência pode estar relacionada com as características de constituição desse órgão (TEIXEIRA, CAMARGO E VICENTE, 2015).

Vários estudos sobre o comitê de auditoria têm sido feitos em esfera nacional e internacional. No sentido deste trabalho, é relevante o estudo de Plestch, Silva e Cunha (2015) em que relacionam as características da empresa, do comitê de auditoria e do auditor independente com a publicação das demonstrações financeiras.

Neste sentido, evidências empíricas sobre a relação entre a formação e tamanho do comitê de auditoria e a qualidade dos demonstrativos contábeis indicam um ganho na qualidade da informação após a instituição do comitê (Marques; Cunha, 2016). Ou seja, o comitê de auditoria pode melhorar a qualidade da informação de modo direto, fiscalizando o processo de elaboração das demonstrações e acompanhando suas publicações, ou de modo indireto observando os mecanismos de controles internos e a auditoria interna (BÉDARD E GENDRON, 2010).

Algumas pesquisas usam o comitê de auditoria como *proxy* para a qualidade da auditoria, como estudos de Klein (2012), Moore et. Al, (2006), Koch e Weber (2011), conseguindo abordar a importância desta característica nas pesquisas a respeito da qualidade da auditoria (ARRUDA, 2016).

4.2.1 Auditoria Independente

De acordo com Murcia (2009) a auditoria independente vai ser um mecanismo de monitoramento redutor da assimetria de informação, de tal forma que proteja os interesses dos acionistas. Neste sentido, Dantas e Medeiros (2015) expõem que uma auditoria independente de qualidade é um instrumento fundamental para o funcionamento dos mercados de capitais e financeiros.

A atuação da auditoria independente é compreendida como essencial para o andamento das relações do mercado financeiro. Desta maneira, o auditor independente busca atuar com maior eficácia nos ambientes de interesse de gestores.

No sentido de atuação dos auditores independentes, a proxy remuneração dos auditores e das firmas de auditoria torna-se um elemento relevante das características do mercado de auditoria. Na década de 80, segundo Halak e Silva (2012), surgiu as primeiras pesquisas que dizem respeito a essa proxy.

No âmbito dos serviços prestados, Braunback (2010) diz que é relevante observar a independência financeira das firmas de auditoria, a qual impacta diretamente no resultado final da prestação do serviço, podendo ser enviesado. Diante disso, entende-se que os auditores independentes oferecem serviços diferenciados que irão agregar valor para o cliente, de tal maneira honorários maiores que impactam na qualidade do serviço prestado. Hallak e Silva (2012) afirmam que os honorários de auditoria independente podem ser usados para medir a qualidade do serviço.

A auditoria independente faz com que o serviço funcione como um mecanismo de governança corporativa, no qual o auditor, quando realmente tem independência, irá produzir informações que refletirão fidedignamente a real situação financeira da empresa, estando sujeita aos serviços de auditoria (HALLAK; SILVA, 2012).

A remuneração dos auditores tem relação como o tamanho da empresa do cliente, neste caso, firmas de maior porte gastarão mais como os honorários dos auditores, tendo em vista que o serviço será mais complexo e demandará mais horas de trabalho. Visto isso, Moutinho *et. al.* (2012), diz que o valor da

remuneração de auditoria que a firma paga aos auditores reflete o nível de trabalho que será realizado no serviço.

4.2.2 Comitê de auditoria

De acordo com o guia de diretrizes de Governança Corporativa da B3 (2015), o comitê de auditoria é uma ferramenta da governança corporativa que tem por incumbência a gestão de procedimentos internos, tal como garantir que estes sejam probos e eficazes para a produção de relatórios financeiros de qualidade, ancorando os acionistas e os demais usuários da informação contábil divulgada.

O comitê de auditoria deve ter sua composição em no mínimo três membros do conselho administrativo, segundo a Lei Sarbanes-Oxley, em sua seção 31. Já a Comissão de Valores Mobiliários (2002) sugere que o comitê de auditoria inclua ao menos um conselheiro, que irá representar os minoritários entre seus componentes.

Neste sentido, Yang e Krishan (2005) afirmaram que quanto maior for o comitê de auditoria, conseqüentemente maior será a diversidade de conhecimentos efetivos para o desempenho produtivo das atividades do comitê e melhor será a qualidade da informação disponibilizada ao usuário.

Os mandatos do comitê de auditoria perduram no máximo 5 anos, de acordo com a resolução n. 3.198/04, no art. 12. CMN (2004), daí a delimitação deste trabalho ser de dados obtidos em 3 anos.

4.2.3 Definição de Auditoria

A auditoria financeira examina as demonstrações financeiras e através delas as operações financeiras realizadas pela entidade contábil, com o objetivo de emitir parecer técnico e profissional. As atuais disposições legais que regulam as atividades do Escritório da Controladora Geral do Estado, definem a Auditoria Financeira em que consiste no exame dos registros, *vouchers*, documentos e outras evidências que apóiam as demonstrações financeiras de uma entidade ou agência, realizadas por um auditor que formulará a opinião sobre a razoabilidade com que

são apresentados os resultados das operações, a situação financeira, as mudanças nele e no patrimônio, para determinar o cumprimento das disposições legais e formular comentários, conclusões e recomendações para melhorar os procedimentos relacionados à gestão financeira e ao controle interno (ROSS, 2015).

Para que o auditor possa expressar sua opinião de forma objetiva e profissional, ele é responsável por reunir elementos de julgamento suficientes que lhe permitam obter uma certeza razoável sobre:

1. A autenticidade dos fatos e fenômenos que refletem as demonstrações financeiras.

2. Que os critérios, sistemas e métodos utilizados para capturar e refletir esses eventos e fenômenos nas demonstrações contábeis e financeiras são adequados.

Para obter esses elementos, o auditor deve aplicar os procedimentos de auditoria de acordo com as circunstâncias específicas do trabalho, com a oportunidade e alcance que ele considera necessário em cada caso, os resultados devem ser refletidos em documentos de trabalho que constituem a evidência do trabalho realizado.

4.2.4 Processo de Auditoria Financeira

O processo seguido por uma auditoria financeira pode ser resumido da seguinte forma: começa com a emissão da ordem de trabalho e culmina com a emissão do respectivo relatório, abrangendo todas as atividades relacionadas às instruções dadas pela sede, relacionada à entidade examinada. As Normas Técnicas de Auditoria do Governo determinam que a autoridade correspondente deve designar por escrito os auditores responsáveis pela realização do exame para uma entidade ou área, especificando os profissionais responsáveis pela supervisão técnica e liderança da equipe (COSTA; DUTRA, 2014).

A designação da equipe consistirá em uma ordem de trabalho que conterá os seguintes elementos: objetivo geral da auditoria; âmbito de trabalho; orçamento de recursos e tempo; instruções específicas.

Para cada auditoria, será formada uma equipe de trabalho, considerando a disponibilidade de pessoal de cada unidade de controle, a complexidade, magnitude e volume das atividades a serem examinadas. A equipe será liderada pelo líder da equipe, que será um auditor experiente e deve ser supervisionado tecnicamente. Na conformação da equipe serão considerados os seguintes critérios: rotação do pessoal para as diferentes equipes de auditoria; continuidade da equipe até a conclusão da auditoria; independência dos critérios dos auditores; equilíbrio na carga de trabalho da equipe. Uma vez recebida a ordem de trabalho, será preparada uma carta oficial para as principais autoridades da entidade, projeto ou programa, a fim de informar o início da auditoria (COSTA; DUTRA, 2014).

De acordo com os atuais padrões de auditoria técnica, o processo de auditoria inclui as fases de: planejamento, execução de trabalho e comunicação de resultados.

Planejamento

Constitui a primeira fase do processo de auditoria e sua concepção dependerá da eficiência e efetividade na consecução dos objetivos propostos, utilizando os recursos estritamente necessários.

Esta fase deve considerar alternativas e selecionar os métodos e práticas mais adequados para executar as tarefas, portanto, esta atividade deve ser cuidadosa, positiva e imaginativa criativa; por isso deve ser necessariamente executado pelos membros mais experientes da equipe de trabalho.

O planejamento da auditoria financeira começa com a obtenção das informações necessárias para definir a estratégia a ser utilizada e culminar com a definição detalhada das tarefas a serem executadas na fase de execução.

Execução do trabalho

Nesta fase, o auditor deve aplicar os procedimentos estabelecidos nos programas de auditoria e desenvolver plenamente os achados significativos relacionados às áreas e componentes considerados críticos, determinando os atributos de condição, critério, efeito e causa que motivou cada desvio ou problema identificado.

Todas as descobertas desenvolvidas pelo auditor serão apoiadas por documentos de trabalho onde a evidência suficiente e competente que apoie a opinião e o relatório seja especificada.

É fundamental que o auditor mantenha uma comunicação constante e constante com os funcionários e funcionários responsáveis durante o exame, com o objetivo de mantê-los informados sobre os desvios detectados para apresentar as justificativas em tempo hábil ou tomar as ações corretivas relevante.

Comunicação de resultados

A comunicação de resultados é a última fase do processo de auditoria, no entanto, é concluída no decorrer da auditoria. É dirigido aos funcionários da entidade examinada com o objetivo de apresentar informações orais ou escritas sobre os assuntos observados.

Esta fase inclui também a elaboração e revisão final do projeto de relatório, que será elaborado no decorrer do exame, de modo que o último dia de trabalho no campo e chamada anterior, os resultados são comunicados através da leitura do projecto de do relatório às autoridades e funcionários responsáveis pelas operações examinadas, de acordo com a lei relevante.

O relatório conterá basicamente a carta de opinião, as demonstrações financeiras, as notas explicativas correspondentes, a informação financeira complementar e os comentários, conclusões e recomendações relacionadas aos resultados da auditoria.

4.3 CARACTERÍSTICAS GERAIS SOBRE O BNDES

O BNDES atua como o principal instrumento de execução da política de investimento do Governo Federal, com a missão de promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira, gerando emprego e reduzindo as desigualdades sociais e regionais.

O BNDES é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O Banco tem suas ações direcionadas pelo Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria e o Conselho Fiscal e reporta a diversas agências governamentais: Ministério das Finanças, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Banco Central, Congresso Nacional, Controladoria Geral da União e do Tribunal de Contas da União.

O BNDES promove o desenvolvimento em parceria com seus clientes de apoio financeiro - empregados de todos os níveis e em todo o território nacional, público, privado ou individual - e com agentes financeiros autorizados para transferência de recursos. Para realizar suas ações, o BNDES tem recursos financeiros de longo prazo, processos estruturados e práticas e políticas de boa governança, conhecimento aprofundado da economia brasileira, funcionários comprometidos e treinados e uma ampla gama de relacionamentos com as diversas esferas da sociedade civil, governos, agentes financeiros intermediários e organizações internacionais.

Atentos ao processo de desenvolvimento no Brasil e enfrentar os desafios que surgem, o BNDES atua de forma ampla, diversificada e abrangente. Um conjunto de políticas e procedimentos e vários produtos e mecanismos de apoio técnico, financeiro e institucional orientam e orientam operacionalmente suas ações com base em uma visão integrada do desenvolvimento sustentável. Mais do que um objetivo, o desenvolvimento sustentável e competitivo é um processo dinâmico que, em cada etapa, exige uma ação diferenciada da instituição. O gráfico para o lado ilustra as grandes entregas que o Banco faz para a sociedade em favor do desenvolvimento.

A unidade de Auditoria Interna do BNDES, que está diretamente vinculada ao Conselho de Administração, coordena o diálogo do Sistema do BNDES com órgãos externos de controle e supervisão, como o Tribunal de Contas da União, o Gabinete da Controladora Geral da União e do Banco. Central do Brasil.

4.3.1 Boa Governança Corporativa no Brasil

No Brasil, o desenvolvimento do tema também mostra mais força nos últimos vinte anos, mas teve alguns antecedentes que vale a pena mencionar. Nos anos cinquenta e sessenta, houve predominância nas empresas brasileiras da forte presença do acionista controlador da família, que acumulou o papel de maioria e gerente da empresa. Na década de setenta, os primeiros conselhos de administração foram criados, com certa autonomia e divisão de poder entre acionistas e profissionais de gestão (MALACRIDA et al, 2006).

Em 1976, foi criada a Lei de Sociedades Anônimas, que, entre outras coisas, prevê a divisão de poderes entre o conselho de administração e os diretores, e também estabelece cinco diretrizes básicas: proteção do acionista minoritário; responsabilidade do acionista controlador; diversificação das ferramentas de controle disponibilizadas aos acionistas; diferenciação entre companhias abertas com capital aberto e fechado; definição dos interesses fundamentais que a corporação representa (MALACRIDA et al, 2006).

4.3.2 Importância das informações financeiras das empresas

A questão da Boa Governança Corporativa e a conquista da "popularização" do mercado de ações é muito dependente da informação financeira, uma vez que a informação está correta, no momento certo, é essencial alcançar e manter transparência e credibilidade das empresas e também são fundamentais para a tomada de decisão dos cidadãos em investir ou não em uma determinada empresa. Em todos os níveis de diferenciação em relação à Boa Governança Corporativa, as informações financeiras, obrigatórias ou complementares, são ferramentas que

também servem como elementos de qualidade da governança corporativa das empresas (OCAMPO, 2009).

Como é sabido, a Boa Governança Corporativa tem como uma das suas principais atribuições: controlar a direção da empresa, buscando evitar o problema da agência. A informação financeira desempenha um papel fundamental na consecução desse objetivo, uma vez que os contratos baseados em informações financeiras confiáveis dificultam a apropriação indevida e a distribuição excessiva de recursos. Enquanto isso, para garantir informações financeiras confiáveis, as empresas dependem de um sólido sistema de controle interno. De acordo com o COSO - Comitê de Organizações Patrocinadoras da Treadway Commission (1992) planeja-se que o controle interno ofereça garantias razoáveis quanto à consecução dos objetivos nas seguintes categorias: eficácia e eficiência das operações; confiabilidade dos relatórios financeiros; conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis (MUTCHLER, 1997).

Além da importância em lidar com os problemas da agência, a informação financeira também é a melhor maneira de medir o desempenho da empresa e comparar seu desempenho com a concorrência no mercado em que opera. A informação financeira é essencial para a tomada de decisões, tanto para o conselho de administração como para os executivos, e para os investidores. Devido a isso, é fundamental que a informação financeira divulgada pelas empresas seja compreensível pelos investidores. Enquanto isso acontecer, a informação financeira deve ser adaptada ao público a quem se destina. No Brasil, a intenção é fazer com que os trabalhadores invistam seus recursos na conta do FGTS no mercado de capitais, e para isso é necessário que a informação financeira seja simples e que uma grande parte dos trabalhadores entendê-la (NUNES, 2004).

Os preços de mercado são baseados em informações, tanto públicas como privadas. No mundo da informação clássica, é fornecido em um determinado momento e com confiabilidade para os mercados. Mas no mundo real existem dois obstáculos que impedem que o processo ocorra corretamente. O primeiro é o encobrimento de informações ou o atraso na divulgação de informações pelas empresas, principalmente quando há más notícias. O segundo obstáculo é que as empresas às vezes pretendem manter os investidores felizes e aumentar o valor de mercado da empresa, divulgar informações enganosas sobre as condições atuais da

empresa e também suas perspectivas de futuro. De acordo com esta linha de racionamento, é lógico pensar que em empresas onde a governança corporativa e conseqüentemente os controles internos são mais fracos, a probabilidade de esses obstáculos aparecer é maior (NUNES, 2004).

O papel da informação financeira em Boa Governança Corporativa, bem como o uso de relatórios financeiros na promoção de ferramentas de Boa Governança Corporativa nas empresas. Para esses autores, os mecanismos de Boa Governança Corporativa são os meios pelos quais os gerentes gerenciam de acordo com as expectativas dos investidores. Esses mecanismos de controle podem ser controles internos, através de programas de incentivo e monitoramento direto, bem como controle externo, através do monitoramento por acionistas e fornecedores de capital e leis que protegem os interesses dos acionistas (ROSS, 2015).

A informação financeira é o produto do sistema de contabilidade e relatórios corporativos, com o objetivo de divulgar os resultados da empresa ao mercado. A divulgação de relatórios fornece informações para os mecanismos de controle da empresa, além de fornecer informações indiretas percebidas pelo mercado e incorporadas no valor da ação (ROSS, 2015).

4.3.3 Relatórios financeiros: tendência mundial

Muitas empresas que integram o seu relatório anual e contábil com sustentabilidade. Essa integração decorre da crescente conscientização entre as empresas do valor e precisa apresentar um relatório que relate seu impacto ambiental e social, juntamente com o desempenho financeiro. Os eventos recentes que ocorreram em várias empresas confirmam que as organizações optaram pela apresentação de relatórios integrados, como mostra um estudo da KPMG (2010): os relatórios convergem como resultado do turno que deu a responsabilidade dos negócios. Os relatórios CSR aumentaram significativamente em um período de dez anos, de 35% em 1999 para 80% das empresas listadas incluídas na lista Global Fortune 250 em 2008 (DÍAZ e OLIVARES, 2010).

No caso do Brasil, a quantidade de relatórios indicadores sociais e de sustentabilidade apresentados por empresas estão aumentando, chegando a 500

em 2002. No entanto, a integração dos relatórios deve cumprir várias condições e ter o apoio de uma incorporação real e profunda dos processos de administração, incluindo o gerenciamento e os controles para ser considerado credível confiável e sólido que responda às necessidades de informações dos grupos de interesse. Há aqueles que até mesmo propõem que esses relatórios apresentem anualmente um Relatório Quantitativo através de valores e indicadores absolutos. O que geralmente é divulgado como um compêndio de objetivos e resultados não é um equilíbrio no estilo tradicional. É uma memória, um detalhe de fatos - em geral não quantificados ou com objetivos medidos e comunicados - de esforços no campo social (DÍAZ; OLIVARES, 2010).

4.3.4 Relação entre Relatórios Financeiros e Auditoria Externa

O Brasil tem feito avanços significativos em relação à harmonização das normas aplicáveis às empresas públicas em relação à divulgação de informações e à aplicação de normas contábeis. O governo geralmente possui informações financeiras relevantes e oportunas de entidades descentralizadas através de sistemas informáticos modernos. No que diz respeito às normas contábeis, embora existam disparidades entre os países considerados, há uma tendência geral para a aplicação de padrões homogêneos para todas as empresas públicas, comumente com requisitos semelhantes aos aplicados ao setor privado e nos casos mais avançados (CREPALDI, 2016).

A elaboração e apresentação de relatórios financeiros anuais pelas empresas é uma prática comum e quase sempre está ligada a procedimentos institucionais adequados para garantir a conformidade e a transparência. Em alguns casos, esses relatórios são realizados trimestralmente. A administração de cada empresa é responsável pela apresentação de um relatório financeiro e contábil anual ao Ministério das Finanças ou ao respectivo ministério de planejamento, bem como a várias entidades de controle governamental (interna e externa) (CREPALDI, 2016).

Na maioria dos casos, esta informação também está disponível ao público através da internet. Além disso, esse tipo de auditoria é realizado por empresas especializadas e aplicando padrões internacionais de qualidade. Além disso, as

empresas devem manter um alto nível de transparência de acordo com os Princípios da OCDE sobre Governança Corporativa. Estes incluem: a publicação de um relatório agregado anual sobre as empresas estatais pela entidade proprietária; o desenvolvimento de procedimentos de auditoria interna para as empresas públicas, monitorados pelo conselho de administração e pelo comitê de auditoria ou órgão social equivalente; auditorias externas anuais independentes baseadas em padrões internacionais; os mesmos padrões de contabilidade e auditoria de alta qualidade para empresas estatais e empresas listadas e a divulgação de informações importantes descritas nos Princípios de Governança Corporativa da OCDE (CREPALDI, 2016).

A transparência e a divulgação de informações incluem a apresentação de relatórios sobre o desempenho e a situação financeira das empresas para a entidade proprietária e o público em geral através de vários mecanismos. Esses mecanismos são divididos em relatórios ex ante, ex post e consolidados, que são analisados tanto na primeira como na segunda parte do relatório. A informação ex post inclui principalmente a definição de objetivos para o desempenho de uma empresa em um período futuro, enquanto as informações ex post incluem contas e demonstrações financeiras e de desempenho preparadas pelas empresas (ROSS, 2015).

A publicação anual de auditorias externas das demonstrações financeiras das empresas públicas também é considerada um fator essencial para a boa governança corporativa das empresas públicas. As auditorias financeiras são essenciais para garantir à entidade que exerce a propriedade e ao público que as demonstrações financeiras das empresas públicas apresentam adequadamente sua situação financeira e desempenho. A implementação e publicação de auditorias financeiras representam um importante elemento de responsabilidade. Outras questões relacionadas à qualidade do processo de auditoria externa das empresas públicas incluem: a seleção do auditor, uma vez que há uma tendência crescente de usar firmas de auditoria externas independentes; a adoção de regras que garantam a independência do auditor; o papel da Instituição Superior de Auditoria e a existência de comitês de auditoria nos conselhos de administração das empresas (ROSS, 2015).

4.4 TRABALHOS ANTERIORES

Existem vários estudos que abordam a questão das republicações dos relatórios financeiros, segundo Dechow, Ge, Schrand (2010) a republicação dos relatórios financeiros é uma proxy de qualidade na contabilidade, que irá direcionar os usuários das informações contábeis para a melhor tomada de decisão.

Alguns autores, em destaque Cunha, Pletsch, Silva (2015) se aproximam mais da temática deste trabalho e mostram a relação das características da firma, do comitê de auditoria e do auditor independente, *proxies* que são utilizadas neste presente trabalho, com o prazo de republicações das demonstrações contábeis de empresas listadas na B3. Outros estudos abordam diretamente a respeito de uma variável deste estudo, e descrevem as determinantes de remuneração dos auditores independentes no mercado de capitais brasileiro, e relacionam com o aspecto das melhores práticas de governança corporativa por parte dos clientes

Outros estudos, como o de Marques *et. al.* (2017) descrevem a relação entre hipóteses de gerenciamento de resultado e as republicações das demonstrações financeiras, com a finalidade de observar se a remuneração dos gestores, nível de endividamento e tamanho da empresa afetam a republicação das demonstrações, e até que ponto estas são capazes de ser fidedignas em suas informações para os usuários externos.

Os efeitos das republicações das demonstrações contábeis por exigência de companhias abertas também já foi tema de estudos, no qual mostra as principais inconformidades cometidas pelas companhias, buscando demonstrar a importância dos pareceres de auditoria independente e a comparar as contas alteradas no balanço (CASTRO *et al.*, 2015; DE LIMA *et al.*, 2015; NUNES, 2017).

5. METODOLOGIA

O objetivo deste estudo foi analisar a relação das republicações dos relatórios financeiros com as características de auditoria das empresas brasileiras listadas na B3 e que são financiadas pelo BNDES. Para tanto será realizado um estudo caracterizado como descritivo, com pesquisa documental em artigos e com uma abordagem quantitativa. O universo da pesquisa são apenas as empresas brasileiras com listadas na B3 e que tinha algum tipo de operação de financiamento com o BNDES, e a amostra deste estudo é composta, apenas, pelas empresas brasileiras que estão listadas na B3 e possuíram operações de financiamento com o BNDES durante o período de 2014 a 2016, sendo este período de instabilidade política e econômica no Brasil.

Todos os dados desta pesquisa foram retirados da base de dados Comdinheiro.com.

Foi feito um levantamento de algumas características das auditorias internas e externas, como também o levantamento de informações sobre o número de republicações. Todas as características de auditoria foram representadas nesta pesquisa pelo tamanho dos comitês de auditoria e pela a remuneração dos auditores independentes.

As estimativas das variáveis de interesse do presente estudo, que foram: o número de republicações (variável dependente, PUBLIC), o número de membros do comitê de auditoria (variáveis independentes, NMCA), e remuneração dos auditores independentes (RAI).

Inicialmente, houve a obtenção de 125 empresas, contudo, algumas já não republicavam suas demonstrações durante a última década. Atendendo a delimitação temporal do estudo, isto é, 2014 a 2016, e a presença da variável de republicação, a quantidade da amostra foi reduzida para 26 empresas, estas com operações de financiamento com o BNDES.

Os dados coletados foram tabulados e compilados em uma planilha eletrônica. Em seguida foi feito o cálculo dos dados com a utilização de um software estatístico, nesse caso o Programa *Stata: Data Analysis and Statistical Software for Professionals*.

Para saber a relação das variáveis e para tentar responder ao problema da pesquisa, foi utilizada a regressão com dados em painel, pelo modelo *tobit*, conforme

exposto, abaixo:

$$PUBLIC_{it} = \beta_1 + \beta_2 NMCA_{it} + \beta_3 AI_{it} + \varepsilon \quad (1)$$

Em que:

$PUBLIC_{it}$ = Variável *dummy*, representando a republicação da empresa i, no ano t, sendo 1, quando houve republicação, ou 0, caso contrário;

$NMCA_{it}$ = Número de membros do comitê de auditoria da empresa i, no ano t;

AI_{it} = Montante de remunerações recebidas pelas firmas de auditoria independente, pago pela empresa i, no ano t

A metodologia de dados em painel permite a análise longitudinal de diversas unidades de observação em um único painel, possibilitando a identificação de padrões e a própria evolução das unidades de observação (GUJARATI, 2011). Nesse sentido, a utilização de dados em painel no presente estudo consiste em uma regressão que analisará todas as empresas em todos os anos ao mesmo tempo. De acordo com Hsiao (2014) a análise de dados em painel possui mais vantagens em comparação com as análises de séries temporais e análises transversais cross-section, pois disponibilizam maior quantidade de informações, maior variabilidade de dados, menor colinearidade entre as variáveis, maior número de graus de liberdade e maior eficiência na estimação.

6. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Conforme exposto na seção metodológica, a amostra do presente estudo se baseia na relação das republicações dos relatórios financeiros com as características de auditoria das empresas brasileiras listadas na B3 e que são financiadas pelo BNDES, os dados relacionados ao Comitê de Auditoria foram utilizados por meio do Formulário de Referência das empresas financiadas pelo BNDES, disponível no site Comdinheiro.com.

6.1 ANÁLISE DESCRITIVA

A estimativas das variáveis de interesse do presente estudo vão observar qual a influência/relação que as variáveis independentes exercem sobre a dependente.

Na Tabela 1 são apresentados as frequências e os percentuais das empresas para essa variável em estudo, no caso, o número de republicações, e foi notado um total de 78 observações, nos 3 anos analisados. Diante desses dados, pode-se observar que houve 39.74% de republicações dos relatórios financeiros das empresas. Por outro lado, 60.26% não observaram indícios de republicações.

Neste âmbito, é importante ressaltar que essas estatísticas indicam chances de ocorrência de republicações dos relatórios financeiros das empresas, os quais são indícios observados a partir de modelos econômico-financeiros, buscando aproximação com a realidade.

Tabela 1 Frequência da variável dependente PUBLIC. 2014-2016.

Public	Freq.	Percent	Cum.
0	47	60.26	60.26
1	31	39.74	100.00
Total	78	100.00	

Fonte: Dados da Pesquisa. Ano: 2017.

Na Tabela 2 apresenta a estatística descritiva básica das variáveis que representam o número de republicações (PUBLIC), o número de membros do comitê de auditoria (NMCA), e remuneração dos auditores independentes (RAI). Desse modo, por meio da média e desvio padrão verifica-se um maior valor do número de remuneração dos auditores independentes (444%) em comparação às republicações (39,74%) e os membros do comitê (61,53%). Isto é, se o valor é maior dos auditores com mais remuneração, então exercem melhor a função diante das republicações dos relatórios financeiros, podendo exercerem melhor a função ao invés da empresa formar um comitê com vários membros.

Tabela 2 Estatística Descritiva Básica. 2014-2016

Variable	Obs	Mean	Std. Dev.	Min	Max
public	78	0.3974359	0.492535	0	1
nmca	78	0.6153846	1.425471	0	5
ai	78	4.440126	6.001596	0	16.47939

Fonte: Dados da Pesquisa. Ano: 2017

A Tabela 3 apresenta uma matriz de correlação de Spearman entre a variável dependente (PUBLIC) e as variáveis independentes (NMCA e, AI).

Tabela 3 Matriz de Correlação de Spearman das Variáveis PUBLIC, NMCA e AI, da Pesquisa. 2014-2016.

. correlate public nmca ai			
(obs=78)			
	public	nmca	ai
public	1.0000		
nmca	0.3870	1.0000	
ai	0.6550	0.4139	1.0000

Fonte: Dados da Pesquisa. Ano: 2017.

No teste de correlação, percebe-se que existem influências positivas das variáveis dependentes com as republicações. Este resultado era esperado, pois são esses elementos que podem influenciar no número de detecções de erros nas informações contábeis.

O número de membros do comitê de auditoria (NMCA) tem uma correlação de 38,70%, sendo inferior a remuneração das firmas de auditoria (AI), com uma correlação de 65,50%. Essa superioridade de correlação da variável AI pode ser explicada pela maior responsabilidade direta de revisão das informações contidas nos relatórios financeiros das empresas, em comparação ao comitê de auditoria.

6.2 ANÁLISE DAS RELAÇÕES

Para analisar a relação das republicações dos relatórios financeiros com as características de auditoria das empresas brasileiras (listadas na B3 e que são financiadas pelo BNDES) foram estimados os modelos de regressão logística. Este modelo permite estimar a probabilidade de ocorrência de um evento e identificar as variáveis independentes que contribuem para a sua predição. Neste contexto, a predição é as republicações dos relatórios financeiros e foi composto pelas variáveis

independentes: número de membros do comitê de auditoria e a remuneração dos auditores independentes.

A Tabela 4 demonstra os resultados da regressão com intuito de analisar as relações das republicações e as características da auditoria, em que o modelo de regressão logística teve um poder explicativo de 37.16% (pseudo-R²). Apesar de um valor baixo de R², este modelo é relevante a esta análise, uma vez que o objetivo do estudo é identificar as relações entre as variáveis, e não realizar previsões, ou seja, mesmo com o valor de R² sendo mais baixo, devido ao tamanho da amostra e da quantidade de variáveis, ele consegue explicar 37,16% da variação na resposta, podendo se aproximar dos pontos de dados de uma linha de regressão ajustada.

E de acordo com Andy Field (2009) a inclusão de muitas variáveis que tivessem pouco poder explicativo sobre a variável dependente poderiam aumentar o valor de R², porém, incentivaria a inclusão indiscriminada de variáveis, prejudicando o princípio da parcimônia.

Tabela 4 Representação da matriz de regressão logística da relação do número de republicações dos relatórios financeiros com o número de comitês de auditoria e remuneração dos auditores independentes.

Logistic regression				Number of obs = 78		
LR chi2(2) = 38.95						
Prob > chi2 = 0.0000						
Log likelihood = -32.935302				Pseudo R2 = 0.3716		
PUBLIC	Coef.	Std. Err.	z	P> z	[95% Conf. Interval]	
NMCA	0.4196714	.249528	1.68	0.093	-.0693945	.9087372
AI	0.2578193	.0568714	4.53	0.000	.1463534	.3692853
_cons	-1.835773	.4124548	-4.45	0.000	-2.644169	-1.027376

Fonte: Dados da Pesquisa. Ano: 2017.

A variável NMCA (0,093) apresentou correlação positiva, com significância estatística ao nível de 10% com a variável public.

Assim, pode-se concluir que houve relação entre as variáveis, ou seja, quanto maior o número de membros do comitê de auditoria, maiores serão as chances de republicação das empresas estudadas. O que condiz com a ideia de que a empresa

por apresentar um número maior de membros no comitê demonstra que pode ter um controle interno fraco, o que incide em uma propensão maior de republicarem as demonstrações contábeis, sendo que o potencial de gerenciamentos de resultado também é maior.

A variável AI (0,000) teve uma relação positiva, com uma significância estatística ao nível de 1%, com a variável republicação de relatórios financeiros das empresas da amostra, representando que a remuneração dos auditores influencia na relação das republicações dos relatórios financeiros.

Nesta análise de correlação por regressão logística, as variáveis foram analisadas separadamente, ou seja, a influência que a NMCA e AI promovem na public. Com isso, pode se concluir que existem indícios estatísticos que há influências das variáveis independentes (RAI e NMCA) sobre a variável dependente (PUBLIC), em comparação com os dados da Tabela 4, em que houve diferença estatística considerando a correlação das variáveis independentes separadamente sobre a variável dependente.

7. CONCLUSÃO

O presente estudo analisou a relação que as republicações dos relatórios financeiros com as características de auditoria das empresas brasileiras listadas na B3 e que são financiadas pelo BNDES durante os anos de 2014 a 2016. O levantamento realizado no presente estudo usou as auditorias internas e externas, formação e tamanho dos comitês de auditoria, como variáveis independentes na regressão e posteriormente relacionar essas características com a republicação dos relatórios financeiros, que será a variável dependente.

Conclui-se inicialmente que a expansão empresarial foi um fator determinante para a relevante importância que os relatórios financeiros passaram a ter diante operações financeiras das empresas. Dessa forma o aumento das empresas promoveu também uma maior necessidade de constatar a veracidade dessas informações, sendo necessária a atuação da auditoria.

Foi possível perceber que algumas empresas brasileiras apresentaram um crescimento representativo nos últimos tempos graças a ação da auditoria em conjunto com a disponibilização de recursos com o BNDES, que é o principal instrumento de execução política de investimento do Governo Federal. Dessa forma, é possível observar que existe um maior fluxo monetário e uma maior disponibilidade de mecanismos de controle que garantem a credibilidade para as empresas e a futuros investidores.

Com base nos dados apresentados nas tabelas ao longo do estudo foi possível observar que os fatores independentes, número de comitês de auditoria (NMCA) e remuneração dos auditores independentes (AI), quando analisados em conjunto, ou seja, a influência de ambos em relação ao número de republicações (PUBLIC), foi possível observar influências positivas. Dessa forma, o número de membros do comitê de auditoria e a remuneração dos auditores independentes apresentam correlação significativa com o número de republicações, sendo objeto de análise. Quando a influência das variáveis independentes foram analisadas separadamente, ou seja, sua influência sobre a variável independente, foi possível verificar que o NMCA não apresentou tanta influência sobre a variável PUBLIC. Entretanto o RAI apresentou diferença significativa sobre o PUBLIC. Nesse sentido é possível concluir que a remuneração dos auditores influencia na relação de republicações dos relatórios financeiros, de forma superior na correlação, demonstrando assim uma maior

responsabilidade de revisão dos relatórios financeiros por firmas que remuneram melhor os auditores.

E as escolhas das variáveis foi fator determinante para as correlações positivas que foram observadas ao longo dos resultados, pois as republicações de relatórios financeiros estão ligadas principalmente as atividades de auditoria de comitês de auditores independentes e da remuneração dos auditores, que irão determinar a qualidade da informação que será republicada e disponibilizada aos usuários das informações contábeis.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AL-AJMI, Jasim. Audit and reporting delays: Evidence from an emerging market. **Advances in Accounting**, v. 24, n. 2, p. 217-226, 2008.

ALBRING, S., HUANG, S., PEREIRA, R., & XU, X. The effects of accounting restatement on firm growth. *Journal of Accounting and Public Policy*, 32, 357-376, 2013.

ALEM, Ana Claudia; CAVALCANTI, Carlos Eduardo de Siqueira. BNDES e o apoio à internacionalização das Empresas brasileiras: Algumas Reflexões. **Revista do BNDES, Rio de Janeiro**, v. 12, n. 24, 2005.

ALMEIDA, J. E. F. Qualidade da Informação Contábil em Ambientes Competitivos. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós Graduação e Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

ANTUNES, Jerônimo. Lógica nebulosa para avaliar riscos na auditoria. **Revista Contabilidade & Finanças-USP**, v. 17, 2006.

ANTUNES, Jerônimo; HONORATO, W. R.; ANTUNES, G. M. B. A importância da atuação dos comitês de auditoria nos trabalhos dos auditores independentes de companhias abertas brasileiras. In: **Anais do Congresso do Instituto Internacional de Custos, Universidade de Jean Moulin Lyon, Lyon, França**. 2007.

ARAÚJO, Luzia do Socorro Santos; MORAES, Rinaldo Ribeiro. A importância da auditoria interna nos processos financeiros: estudo de caso na distribuidora amazônia. **Revista de Administração e Contabilidade**, v. 1, n. 2, 2015.

ARRUDA, Marcelo Paulo de. **A influência de características da auditoria independente na qualidade da informação contábil**. Dissertação (Mestrado)-Marcelo Paulo de Arruda.- João Pessoa, 2016.

BARBOSA, Paula. O endividamento da Petrobras com o BNDES no período pós- 2008 e impactos contábeis e econômico-financeiros. 2013.

BÉDARD, Jean; GENDRON, Yves. Strengthening the financial reporting system: Can audit committees deliver?. **International journal of auditing**, v. 14, n. 2, p. 174-210, 2010.

BNDES. **BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO**. Disponível em: www.bndes.gov.br> Acesso em 19 de Julho de 2017.

BORTOLON, Patricia Maria; NETO, Alfredo Sarlo; SANTOS, Thaís Barreto. Custos de Auditoria e Governança Corporativa*/Audit Costs and Corporate Governance. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 24, n. 61, p. 27, 2013.

BRAUNBECK, Guillermo Oscar. **Determinantes da qualidade das auditorias independentes no Brasil**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

COSTA, Armindo Fernandes da; PEREIRA, José Manuel; BLANCO, Sílvia Ruíz. Auditoria do sector público no contexto da nova gestão pública. **Tékhné-Revista de Estudos Politécnicos**, n. 5-6, p. 201-225, 2006.

COSTA, Gledson Pompeu Corrêa; DUTRA, Tiago Alves de Gouveia Lins. **Auditoria financeira na era do Big Data: novas possibilidades para avaliação e resposta a riscos em demonstrações financeiras do Governo Federal**. Revista do TCU, n. 131, p. 54-61, 2014.

CREPALDI, S. A. **Auditoria Contábil. Teoria e Prática**. 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 2009.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Auditoria contábil**. Grupo Gen-Atlas, 2016.

DA CUNHA, Paulo Roberto et al. Relação entre as Características do Comitê de Auditoria e o Atraso da Emissão do Relatório da Auditoria Independente (Audit Delay). **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 18, n. 3, 2015.

DANTAS, J.A.; MEDEIROS, O.R. de. Determinantes de Qualidade da Auditoria Independentes em Bancos. **Revista Contabilidade & Finanças**, V.26, n. 67, p. 43-56, 2015.

DE MERCADORIAS, Bolsa; BOVESPA, Futuros. Diretrizes de governança corporativa. São Paulo: **BM&FBOVESPA**. Recuperado de http://ri.bmfbovespa.com.br/fck_temp/26_2/Diretrizes_de_Governanca_Corporativa_da_BMFBOVESPA.pdf, 2015.

DEANGELO, Linda Elizabeth. Managerial competition, information costs, and corporate governance: The use of accounting performance measures in proxy contests. **Journal of accounting and economics**, v. 10, n. 1, p. 3-36, 1988.

DECHOW, P., GE, W. & SCHRAND, C. Understanding earnings quality: **A review of the proxies, their determinants and their consequences**. Journal of Accounting and Economics. 2010.

DI PIETRA, Roberto et al. Special issue in governance and accounting regulation. **Journal of Management & Governance**, v. 18, n. 3, p. 675-681, 2014.

DÍAZ DURÁN, Mario; GIL, Jorge José; VÍLCHEZ OLIVARES, Percy. Hacia la convergencia mundial del marco conceptual para la preparación de los estados financieros. **Contabilidad y negocios**, v. 5, n. 9, 2010.

DOYLE, J., Ge, W., e McVAY, S. (2007). **Accruals quality and internal control over financial reporting**. The Accounting Review, pp. 11141-1170.

FENG, Mei; LI, Chan; MCVAY, Sarah. Internal control and management guidance. **Journal of Accounting and Economics**, v. 48, n. 2-3, p. 190-209, 2009.

FIELD, A. **Descobrimo a estatística usando o SPSS**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 688p.

GODOY, Cláudia Fernanda de. Contribuição do colateral e custo de capital para o risco de crédito em empresas de capital aberto que realizaram operações com o BNDES. 2010.

GOMES, Emília. A importância do controle interno. **SROC-Temas de Contabilidade, Fiscalidade, Auditoria e Direito das Sociedades**, 2007.

GOULART, A. M. C. **Gerenciamento de resultados contábeis em instituições financeiras no Brasil**. 2007. 219 p. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis)– Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

HALLAK, Rodrigo Telles Pires; DA SILVA, Andre Luiz Carvalhal. Determinantes das Despesas com Serviços de Auditoria e Consultoria Prestados pelo Auditor Independente no Brasil/Determinants of Audit and Non-Audit Fees Provided by Independent Auditors in Brazil. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 23, n. 60, p. 223, 2012.

HEALY, P. M. & PALEPU, K. G.. Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature. **Journal of Accounting and Economics**, 31 (1), 405-440, 2001.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. Tradução de: Antonio Zoratto Sanvicente.

HOOG, W. A. Z.; CARLIN, E. L. B. Manual de auditoria contábil das sociedades empresárias: de acordo com o novo Código Civil – Lei 10.406/2002. Curitiba: Juruá, 2007.

IBGC. **Instituto Brasileiro de Governança Corporativa**. Disponível em: www.ibgc.org.br> Acesso em: 26 de Julho de 2017.

IBRACON. **Instituto dos Auditores Independentes do Brasil**. Disponível em: www.ibracon.com.br > Acesso em: 14 de agosto de 2017.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

J. Al-Ajmi. **Audit and reporting delays: Evidence from an emerging market**. *Advances in Accounting*, 24 (2) (2008), pp. 217-228.

KAVESKI, Itzhak D. S.; CUNHA, Paulo Roberto. **Fatores Determinantes dos Honorários da Auditoria das Empresas Listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA**. *Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 19, n. 1, p. 49-63, jan./abr. 2016.

LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de et al. **Influência do “disclosure” voluntário no custo de capital de terceiros**. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 7., 2007, São Paulo. Anais ... São Paulo: FEA/USP, 2007.

LINN, E., & DIEHL, K. Financial restatements: causes, consequences, and corrections. *Strategic Finance*, 34-39, 2005.

MALACRIDA, Mara Jane Contrera; YAMAMOTO, Marina Mitiyo. Governança corporativa: nível de evidenciação das informações e sua relação com a volatilidade das ações do Ibovespa. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 17, n. SPE, p. 65-79, 2006.

MARCONDES, N.R. Ciências contábeis. 2003. Disponível em: <www.contabilidade.freesites.com.br> Acesso em 16 de Agosto de 2017.

MARQUES, Maria da Conceição da Costa; ALMEIDA, José Joaquim Marques de. Auditoria no sector público: um instrumento para a melhoria da gestão pública.

MARTINS, Pedro Luis Teixeira. Os controles internos e sua relevância na mitigação de erros e fraudes contábeis. 2016.

MEIRELLES SALOTTI, Bruno; MITIYO YAMAMOTO, Marina. **Ensaio Sobre a Teoria da Divulgação**. BBR - Brazilian Business Review, vol. 2, núm. 1, enero-junio, 2005, pp. 53-70 FUCAPE Business School Vitória, Brasil.

MENDES, Marcos José. Os sistemas tributários de Brasil, Rússia, China, Índia e México: comparação das características gerais. 2008.

MORAIS, M. G. C. T. A importância da auditoria interna para a gestão: caso das empresas portuguesas. In: **18º Congresso Brasileiro de Contabilidade**. 2008.

MOREIRA, Ajax Reynaldo Bello; FIORENCIO, Antonio; LIMA, Elcyon Caiado Rocha. Os impactos das políticas monetária e cambial no Brasil pós-Plano Real. 1998.

MOUTINHO, Vânia; CERQUEIRA, António; BRANDAO, Elisio. Audit fees and firm performance. 2012.

MURCIA, Fernando Dal-Ri; DOS SANTOS, Ariovaldo. Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 3, n. 2, p. 72-95, 2009.

MUTCHLER, Jane F.; HOPWOOD, William; MCKEOWN, James M. The influence of contrary information and mitigating factors on audit opinion decisions on bankrupt companies. **Journal of Accounting Research**, v. 35, n. 2, p. 295-310, 1997.

NASCIMENTO, W. S.; PEREIRA, A.C. **Um Estudo sobre a Atuação da Auditoria Interna na Detecção de Fraudes nas Empresas do Setor Privado no Estado de São Paulo**. São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário Álvares Penteado - UNIFECAP.

NEEDLES JR, Belverd E.; RAMAMOORTI, Sridhar; SHELTON, Sandra Waller. The role of international auditing in the improvement of international financial reporting. **Advances in International Accounting**, v. 15, p. 181-201, 2002.

NEWMAN, D. P.; PATTERSON, E. R.; SMITH, J. R.. **The role of auditing in investor protection**. The Accounting Review, v. 80, n. 1, p. 289-313, 2005.

NUNES, Leonor da C. Ferreira; SERRASQUEIRO, Zélia M^a. A informação contabilística nas decisões financeiras das pequenas empresas. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 15, n. 36, p. 87-96, 2004.

OCAMPO, José Antonio. Impactos da crise financeira global na América Latina. **Revista ECLAC**, 2009.

OLIVEIRA, Ana Claudia de. **Proposta de uma matriz de análise das inter- relações entre o desenvolvimento sustentável e as competências organizacionais em uma empresa do segmento de cosméticos**. 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

OLIVEIRA, M. C. & COSTA, P. P. (2005). **O comitê de auditoria nas companhias abertas brasileiras: um estudo multicaso**. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 5, São Paulo (SP). Anais... São Paulo: USP.

PELEIAS, Ivam Ricardo; BOSCO SEGRETI, João; DE ARAÚJO COSTA, Catarina. Comitê de auditoria ou órgãos equivalentes no contexto da Lei Sarbanes-Oxley: estudo da percepção dos gestores de empresas brasileiras emitentes de American Depositary Receipts-ADRs. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 20, n. 1, 2009.

PEREIRA, Antonio Nunes; WERNECK, Márcio. Comitês de Auditoria em Bancos Brasileiros: uma Abordagem Exploratória e Introdutória. In: **CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE**. 2005.

PLETSCH, C. S.; SILVA, A.; CUNHA, P. R. **Relação entre as Características da Empresa, do Comitê de Auditoria e do Auditor Independente com o Prazo de Publicação das Demonstrações Financeiras**. EnANPAD, XXXVIII Encontro da ANPAD. 2014. Rio do Janeiro.

RECH, Mariliza. Determinantes da eficiência econômica do setor elétrico: um estudo de empresas da Península Ibérica e Brasil. 2017.

RICARDINO FILHO, Alvaro Augusto. **Auditoria: Ensino acadêmico x treinamento profissional**. 2002. Tese de Doutorado. Tese. 2002,(Doutorado em Controladoria e Contabilidade).

ROSS, Stephen A. et al. **Administração financeira**. AMGH Editora, 2015.

SÁ, Antonio. Lopes de. **Curso de auditoria**, v. 9, 2002.

SALOTTI, Bruno Meirelles; YAMAMOTO, Marina Mitiyo. Ensaio sobre a teoria da divulgação. **BBR-Brazilian Business Review**, v. 2, n. 1, p. 53-70, 2005.

SANTANA SANTOS, EDILENE; SALES E CIA, JOANÍLIA NEIDE DE. Impactos esperados da harmonização internacional no lucro das empresas brasileiras, na proxy dos ajustes BRGAAP/USGAAP reportados pelas emissoras de ADRs na NYSE. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 3, n. 6, 2009.

SANTOS, Angela Maria Medeiros Martins. Reestruturação da indústria automobilística na América do Sul. **BNDES Setorial, Rio de Janeiro**, n. 14, 2001.

SANTOS, Angela Maria Medeiros Martins; GUARNERI, Lucimar da Silva. Características gerais do apoio a arranjos produtivos locais. **BNDES Setorial, Rio de Janeiro**, n. 12, 2000.

SANTOS, Ariovaldo dos; GRATERON, Ivan Ricardo Guevara. Contabilidade criativa e responsabilidade dos auditores. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 14, n. 32, p. 07-22, 2003.

SILVA, J. O. da; BEZERRA, F. A. Análise do Gerenciamento de Resultados e o Rodízio de Firmas de Auditoria nas Empresas de Capital Aberto. **RBGN – Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 12, n. 36, p. 304-321, 2010.

TEIXEIRA, Bruna; CAMARGO, Raphael; VICENTE, Ernesto. Relação entre as características do Comitê de Auditoria e a qualidade da auditoria independente. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 15, p.60- 74, jan. 2016.

VERRECCHIA, Robert E. Essays on disclosure. **Journal of accounting and economics**, v. 32, n. 1-3, p. 97-180, 2001.

WIEDMAN, C., & HENDRICKS, K. Firm Accrual Quality Following Restatements: A Signaling View. **Journal of Business Finance & Accounting**, 40(9 & 10), 1095- 1125, 2013.

YANG, J. S., & KRISHNAN, J. Audit committees and quarterly earnings management. **International Journal of Auditing**, 9(3), 201-219, 2005.